



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 5.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 28 DE ABRIL DE 2016

Presidente: Exmo. Sr. Arlindo Barbosa

Secretário: Exmo. Sr. Mohamed da Glória

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 55 minutos.

A 5.ª Comissão Especializada Permanente (Comissão de Educação, Ciências, Cultura, Saúde, Emprego, Assuntos Sociais, Juventude e Desporto) auscultou a Sra. Ainhoa Beitia (Representante da UNICEF).

Usaram da palavra, além desta, os Srs. Deputados Ângela Pinheiro (ADI), Ana Rita (MLSTP/PSD), Danilson Cotú (PCD), Joaquim Afonso (ADI) e Bilaine de Ceita (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 10 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 55 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Ângela Costa Pinheiro
Bilaine Viegas de Ceita
Egrinaldino de Ceita
Joaquim Salvador Afonso
Ossáquio Perpetua Riôa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Arlindo Barbosa Semedo
Ana Isabel Meira Rita
Mohamed Guadalupe da Glória

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Danilson Cotú

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, Sra. Representante da UNICEF, bom dia. Está perante a 5.^a Comissão, que é ligada a assuntos como educação, saúde, desporto entre outros assuntos. Ela é composta por nove membros, sou o Presidente, chamo-me Arlindo Barbosa, a Sra. Deputada Ana Rita é Vice-Presidente, à minha esquerda está o Secretário, o Sr. Deputado Mohamed da Glória, somos todos do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD. Daquele lado temos as Sras. Deputadas Ângela Costa, Bilaine Ceita, os Srs. Deputados Joaquim Afonso, Egrinaldino Ceita e Ossáquio Riôa, todos do Grupo Parlamentar da ADI, e o Sr. Deputado Danilson Cotú, do PCD.

Estamos no quadro da audição parlamentar com o objectivo da criação do parlamento infanto-juvenil. Todos sabemos que é o objectivo central da criação desse parlamento é incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica e política.

Desenrolando esta fase inicial da audição, estivemos com o representante do Ministro da Educação, esta manhã, porque estamos a receber a contribuição de todas as partes interessadas nesse programa, que sabemos que é de interesse nacional. Mas há vários aspectos, no quadro do termo de referência que foi apresentado à 5.^a Comissão e é na base deste que estamos a ouvir as partes. Penso que no documento em que mandamos a nota para audição, anexamos a cópia do termo de referência, que agora com o Governo começa a suscitar alguns esclarecimentos, algumas dúvidas para avançarmos.

Até agora, mesmo da análise que fizemos em Comissão, o *timing* que está previsto é 16 de Junho, que entendemos ser uma data boa, mas quero também desde já avançar que na 5.^a Comissão abraçamos esse programa desde 2015. Quero dizer que sentimos bloqueio nisso por causa de verba. Como sabe, isso requer deslocação, há custos, não vale a pena enumerá-los agora, mas no decorrer da audição podemos enfatizar.

Da análise que fizemos nesta primeira fase, tendo como base este termo de referência, é o problema de institucionalização para o dia 16. Em termos de *timing*, é bastante curto, pela ideia que queremos levar e da forma como se implementa o projecto, desde a selecção das crianças. Então, nesta fase, há algumas questões de fundo que estamos a colocar. Podemos, sim, ter um acto assinalando a data de 16 de Junho, mas não com o figurino do parlamento infanto-juvenil, porque um dos primeiros passos é a legislação e a legislação requer um tempo para adaptarmos à realidade, ter também leis comparadas dos países que já implementam o parlamento infanto-juvenil, política, depois o próprio o processo de sensibilização.

A questão da legislação é fundamental para nós, por isso é que dissemos que 16 de Junho seria difícil começarmos a produzir uma lei. Para além do draft que temos, é preciso colher opiniões a nível nacional, em várias vertentes que entendemos ligada ao projecto. E nesta fase queremos, sim, um acto inaugural assinalando a data, não com o figurino do parlamento infanto-juvenil.

Nas audições, há algumas questões que estamos a colocar. A primeira é o número de crianças. Há quem defenda 35, há quem defenda que devemos ter o mesmo número de deputados, equiparando ao Parlamento de São Tomé e Príncipe, que actualmente tem 55 Deputados, e com uma justificação, porque se quisermos um projecto envolvente, ao invés de reduzirmos para 35, nesta fase, devíamos manter 55, para que haja talvez maior número de crianças envolvidas. Este é o primeiro aspecto.

Há um outro aspecto que ressaltou também, que é muito importante, que é a questão da idade. Aqui no termo de referência fala segundo e terceiro ciclos, tanto do ensino básico como do secundário. Segundo o representante do Ministro da Educação, o primeiro ciclo do ensino básico vai da 1.^a a 4.^a classe. Podemos aqui ter no horizonte de 55 deputados, 10, 12 ou 15 crianças, mas depois se compararmos com o segundo ciclo, que é o ensino secundário, onde estão crianças de 9.^a, 10.^a, etc., se identificarmos uma temática para o debate, haverá de facto problemas. Essa também é uma questão de fundo.

Na legislatura passada, quando entenderam institucionalizar o parlamento infanto-juvenil, criou-se aqui de facto um bloqueio, porque remetiam isso à Lei Eleitoral são-tomense. É muito difícil elegermos as crianças via Lei Eleitoral, porque à partida essa Lei regula os partidos políticos e em função dos resultados eleitorais é que os deputados são eleitos. Como é que vamos seleccionar ou eleger as crianças aplicando a Lei Eleitoral? E na 5.^a Comissão, numa análise a quente, estamos a ver que não é possível irmos por essa via. Então, surgiu a ideia de que as crianças deveriam ser seleccionadas em função de um perfil que eventualmente será discutido junto às escolas e próprio o Ministério da Educação. Talvez iremos evoluir para a questão de selecção, mesmo a selecção das crianças estávamos a tentar definir um perfil desde logo para que seja discutido. Não à eleição porquê? Se fizermos eleição, poderemos ter crianças aqui que não correspondam àquilo que é o perfil que pretendemos.

Outra questão que se levantou é que escolas serão seleccionadas. Por exemplo, Água Grande tem um número determinado de escolas. Que critério se irá utilizar para a selecção dessas crianças ou dessas escolas? Porque tudo isso tem que estar regulamentado. Por isso, estamos a evoluir para essas audições, primeiro, para estar de acordo que se deve institucionalizar o parlamento infanto-juvenil. Deve-se e estamos já de acordo, porque desde 2015 que no nosso orçamento a nível da Assembleia propusemos que se deveria dotar uma verba para a questão do parlamento infanto-juvenil, mas o certo é que não se consegue desbloquear nunca, porque não há disponibilidade financeira para isso, porque Assembleia tem outras prioridades e por aí fora, encontramos pelo caminho algumas curvas.

São essas as preocupações, mas nós, na 5.^a Comissão, estamos abertos para fazer um *forcing* para que no dia 16 tenhamos um acto assinalando a data, não com o figurino do parlamento infanto-juvenil.

Há deputados que levantam a ideia de porquê não seleccionar as crianças a nível nacional e ter uma secção onde nós, os deputados, pudéssemos falar do Parlamento, da sua essência, o que é. Podemos evoluir para um tema ou ter duas sessões, falar da essência do Parlamento, dos objectivos do Parlamento e identificar uma pessoa, em função do tema proposto, «gravidez na adolescência», talvez apresentar um painel, sugerir algum debate e depois deixar a 5.^a Comissão, em função da disponibilidade que tiver, durante o ano, poder de facto trabalhar com muita calma, com responsabilidade, porque há escolas e alunos que não serão seleccionados e se não houver envolvência, não vai ser possível e sem a participação de todos podemos, no meio do caminho voltar.

Por isso é que o primeiro passo que estamos a dar são as audições parlamentares. Hoje temos três audições, incluindo a FONG e a sociedade civil. Depois temos que partir para os grupos parlamentares representados na Assembleia, porque quando evoluirmos para a legislação será com os deputados. Não queremos que quando introduzirmos a iniciativa legislativa do parlamento infanto-juvenil suscite debates por questões de fundo, para não alterar o número das crianças, os critérios, a idade.

Por isso é que queremos ouvir também a UNICEF, o conselho que nos dá sobre isso desde logo.

Srs. Deputados, não sei se deixamos a representante da UNICEF fazer a sua abordagem após a minha primeira nota introdutória, ou ouvimos mais alguns Deputados e deixamos a abordagem para depois.

Tem a palavra a Sr. Deputada Ângela Pinheiro.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Bom dia Srs. Deputados, bom dia Sras. Representantes da UNICEF.

Eu só queria esclarecer uma questão que o Sr. Presidente expôs, porque acho que é força de expressão, quando disse que «a Assembleia tem outras prioridades». Não é devido outras prioridades que a Assembleia tem que não levamos adiante o projecto.

Fica a ideia de que não estamos preocupados com a questão do parlamento infantil. É mesmo por dificuldade financeira. Conhecemos a situação do País e a situação internacional. Mesmo tendo autonomia financeira, dependemos do Governo. O Estado é que tem de disponibilizar a verba e quando vêm são mais para despesas correntes.

O Sr. **Presidente**: — Queria anunciar que estamos a gravar as auscultações, por isso é necessário que se ligue os microfones.

Tem a palavra a Sra. Ainhoa Beitia.

A Sra. **Ainhoa Beitia** (Representante da UNICEF): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez bom dia.

Antes de começar, gostaria de dar o nosso ponto de vista sobre algumas questões e queria agradecer a 5.^a Comissão pelo convite para participar nesta Comissão e ouvir o que a UNICEF tem a dizer sobre as questões que foram levantadas.

No que se refere ao dia 16 de Junho, é verdade que a data já está muito perto. As conversações entre a Assembleia e a UNICEF sobre este projecto começaram no ano passado e é verdade que temos tido dificuldades para arrancar e assegurar uma parte do financiamento para essas actividades. Então, só agora que talvez as coisas estão a começar a ser discutidas e se está a falar sobre o assunto.

Acho que é uma boa ideia, que no dia 16 de Junho se faça mesmo um acto sobre o parlamento infantil, não talvez a sessão parlamentar com as crianças, porque ainda não vai haver crianças seleccionadas, mas como estava a dizer o Sr. Presidente, um acto para lançar o projecto do parlamento infantil, difundir a ideia de que vamos criá-lo, que o público saiba que se vai criar e que as crianças já começem a estar interessadas no assunto, mobilizadas, e talvez falar com um grupo de crianças sobre o parlamento, o que faz, qual a sua função, etc.

Temos um estudo recente sobre a situação das crianças em São Tomé e Príncipe. Talvez possamos apresentar certos dados ou algumas ideias ou questões relevantes sobre a situação das crianças em São Tomé e Príncipe e talvez abrir o debate sobre o que pensam as crianças sobre o parlamento infantil, antes de começar já a selecção e o resto das actividades.

Até o dia 16 de Junho, talvez já teriam tido tempo para preparar a institucionalização legal do parlamento infantil e já teríamos, pelo menos, as bases para começar com a selecção e com o resto das coisas.

Sobre a selecção das crianças, como estava a dizer e muito bem, as preocupações e os problemas das crianças que estão na primária e aquelas que estão na secundária são muito diferentes, não têm nada a ver. Mesmo por causa do entendimento, o que poderão falar, como vão se expressar, vai ser difícil ajuntar os dois grupos, acho. Talvez seria bom fazer um parlamento infantil, mas com dois grupos diferenciados. Com crianças da primária e da secundária, que vão ter diferentes necessidades, ideias e sensibilidades. Acho que não tira protagonismo ao parlamento como tal, mas abre a oportunidade às crianças de se expressarem de maneira diferente, porque vão ser questões diferentes a discutir. Os jovens talvez, não sei, tecnologias de comunicação, participação através de novas tecnologias, lazer, desporto. As crianças mais pequenas talvez falassem sobre os cuidados dos pais, outras preocupações que possam ter que eu não sei. Vai ser muito diferenciado. Talvez seja melhor abrir espaço para que todos possam expressar as preocupações que têm.

Quanto à selecção, acho que alguns Deputados falaram, é muito importante ter também crianças que não estejam na escola. Não fazer a selecção baseando só nas crianças que estão na escola. Vai haver crianças que não estão a estudar por várias razões, estão a trabalhar ou repetiram muitas vezes o ano escolar e tiveram que sair, ou têm mais idade, não podem estar na escola, ou por razões financeiras os pais não podem pôr na escola. Qualquer razão que seja, há muitas crianças que não estão na escola, embora tenham idade para estar na escola.

Se basearmos a selecção só nas crianças que estão na escola, vamos perder todas as crianças que estão fora da escola e também as crianças que têm algum tipo de deficiência e que por causa da deficiência auditiva, visual ou de mobilidade não estão na escola.

Gostaria que nesse processo de selecção vissem como seria possível incluir também essas crianças, através de ONG que possam estar a dar apoio a essas crianças. Seria mesmo as ONG que já têm essas crianças em algum grupo de formação ou outra coisa. Pode ser uma maneira de saber onde estão essas crianças e inclui-las.

Quanto ao número de crianças, acho que a primeira ideia é ter duas crianças por distritos, mas o número de crianças que vivem em cada distrito é muito diferente. A maioria das crianças, 35%, está em São Tomé. A segunda cidade é a Trindade e nos restos dos distritos são muito poucas as crianças que lá se encontram, em comparação com as cidades de São Tomé e da Trindade. Porque não basear o número de crianças na proporção dos diferentes distritos, para ouvir os distritos mais populosos em número de crianças? É uma ideia que me veio à mente.

A questão de idade é importante, a selecção, sensibilização e fazer um evento no dia 16 sim, para lançar o projecto. O debate é bom, para apresentar a situação das crianças, debater e apresentar o que é o parlamento às crianças.

O Sr. Presidente: — Acolhemos de bom grado a proposta que a UNICEF nos fez, quanto a crianças desfavorecidas que não estão no sistema e crianças portadoras de deficiências. Quando estivermos a fazer a selecção, para além das quotas que vamos distribuir às escolas, aos distritos, haverá uma quota as crianças portadoras de deficiências e outra também para as crianças desfavorecidas. Acolhemos de bom grado essa proposta que foi feita, está garantida e contemplada. Estamos agora a discutir o número, para saber que percentagem dar, em função da proporção que nos propôs.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. Ana Rita (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Representantes da UNICEF.

Antes de mais, gostaríamos de pedir desculpas pelo atraso. Foi devido à chegada tardia do representante do Governo. Por isso, pedimos desculpas por esse transtorno.

Concordo que, tendo em conta o factor tempo, não poderemos, no dia 16 de Junho, fazer uma cerimónia como está programado.

Concordo também com a ideia de fazer um lançamento simbólico, é por isso que estamos aqui a pedir opiniões, para possíveis alterações.

A senhora não respondeu concretamente quantos deputados acha que devíamos ter. Fica com 35 ou com 55, como está na Lei?

Quanto ao perfil dos alunos, está dito aqui que o aluno tem que ter o domínio da língua portuguesa, falado e escrito; boa capacidade de análise e redacção; etc. Acho que com esse perfil torna-se um pouco complicado envolvermos crianças portadoras de deficiência, crianças que não frequentem uma escola. Acho que esses perfis deveriam ser analisados e alterados.

Também falou de constituir dois parlamentos. Inicialmente, tínhamos um projecto que era só para o nível secundário. Porquê? As preocupações do nível secundário já são diferentes das do ensino básico. Não estou a ver como iríamos constituir dois grupos. O projecto inicial que foi proposto em 2008 é a secundária, até aos 17 anos. Agora constituir dois parlamentos, não sei se tem uma ideia como iríamos conjugar isso.

O Sr. Presidente: — É complicado até em termos de custos.

A Sra. Ana Rita (MLSTP/PSD): — Mesmo para a actividade que vamos realizar no dia 16 de Junho, é preciso fazer uma sensibilização, deslocação às escolas, porque neste momento não estão informados. Mesmo para aquela sensibilização simbólica que se vai fazer, é preciso que os deputados estejam sensibilizados. Não sei se a UNICEF estará disponível, e a equipa do Ministério da Educação com os professores. É preciso fazer uma sensibilização a nível das escolas, porque sem isso mesmo esse acto simbólico não será bem organizado.

Por isso, gostaria que nos brindasse com mais ideias, se concorda com os 55 deputados, porque à partida temos que definir um número. Mesmo se for para o acto simbólico, temos que partir com um número. A Constituição prevê 55 e podemos fazer a distribuição para os distritos de acordo com a distribuição que temos dos deputados a nível da Constituição. Pode ser uma ideia, para não fugir muito à regra e saber como é que vamos conjugar o infantil, básico e secundário.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. Danilson Cotú (PCD) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Representantes da UNICEF, bom dia.

Peço desculpa pelo atraso, enfim coisas que nos superam. Estou na Assembleia desde às 7 horas e 45 minutos, mas estive ocupado a fazer um trabalho e atrasei-me.

Na última reunião que tivemos da 5.^a Comissão, discutimos bastante sobre essa questão do número dos deputados, porque o projecto que tínhamos visto fazia menção ao mesmo número, 55. Nesse caso, até para facilitar o trabalho, tínhamos que pegar neste número como referência e a partir daí acautelarmos a presença de outras crianças, nomeadamente as portadoras de deficiência, as que estiverem fora do sistema. Por isso, acho que sobre o número de crianças, 55, creio que já é consensual. Fiquei com essa percepção desde o último encontro. O que norteava bastante a nossa preocupação era aquilo que já foi dito aqui, que tinha a ver com a data de 16 de Junho estar muito próxima para organizarmos devidamente o parlamento infanto-juvenil.

Quanto à outra questão que está na preocupação, acho que não existe risco de colocarmos crianças de idades diferentes no mesmo plenário, acho que não. O que é que temos que fazer? Temos que definir a percentagem por grupo etário e uma percentagem maior poderíamos atribuir às crianças mais crescidas, para permitir um pouco mais de debate, mas já deixando uma franja mais nova que seria uma espécie de viveiro.

Acho que podemos ver isso por percentagem, para evitar dualidade de despesas. Se dividirmos em dois grupos, se entendi bem, pressupõe dois parlamentos, dualidade de custos, mas se conseguirmos colocar dentro do mesmo espaço as 55 crianças de faixas etárias diferentes e acautelar uma percentagem maior para os adolescentes, já seria muito importante. O risco é se colocássemos ali crianças de segunda e terceira classes, um montão delas. Claro que não iria surtir efeito nenhum, mas uma percentagem reduzida também vale sim.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Afonso.

O Sr. Joaquim Afonso (ADI): — Mais uma vez bom dia a todos e boas vindas às nossas convidadas.

Gostaria de dizer que também não será uma pergunta, é mais uma chamada de atenção e reforçar algumas ideias.

Queria congratular-me com a forma como a representante da UNICEF concorda com o princípio que discutimos aqui bastante sobre a possibilidade da realização, no dia 16 de Junho, do parlamento juvenil. O nosso agradecimento, porque seria mesmo impossível. É por isso que levanto aqui questões de âmbito

financeiro. Tinham-nos apresentado uma estimativa orçamental em que estava em vista a realização desse acto e isso levava a colocar uma pergunta. Não sei que espírito fundamental este orçamento tem, mas parece ser, no meu entender, que mesmo assim para este acto de apresentação apenas não vai ser suficiente. Não sei a disponibilidade da UNICEF, acho que toda gente está de acordo com a criação do parlamento juvenil. Não é uma inovação, mas é uma mais-valia, é muito importante. A UNICEF estar a dar força, já é de louvar.

Não conheço também a disponibilidade da instituição, mas seria bom que a UNICEF contribuísse um pouco mais, para permitir um trabalho com mais perfil e que seja um projecto cabal.

Mas como falava inicialmente, é uma questão de aconselhamento. Se a UNICEF puder recorrer a este orçamento que já está aqui e fazer uma revisão para que as coisas naquele acto corra muito bem, seria um ganho para nós todos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita.

A Sra. Bilaine Ceita (ADI): — Bom Dia Sra. e Srs. Deputados, bom dia Sras. Representantes da UNICEF.

Queria também adicionar algumas sugestões e há uma questão que até então não foi abordada que tem a ver com a questão de género. Penso que é uma questão que temos que acautelar. Falamos de idade, estamos a acautelar as crianças que estão fora do sistema, mas também temos que ter um parlamento em que estejam representadas meninas. Por isso, é uma questão que temos que ver.

Outra questão que queria salientar tem a ver com a questão orçamental, como referiu anteriormente o Sr. Deputado Joaquim Afonso. De facto, para essa acção de apresentação do nosso parlamento infanto-juvenil, pelos custos que nos foi apresentado no orçamento, como sugestão, seria bom que alistássemos todos os pontos necessários e ver com cada parceiro; quer o governo, quer a UNICEF e mesmo a Assembleia, aquilo com que cada um pode contribuir. Há questões aqui que penso que serão necessárias, estou a referir-me a um lanche, para os alunos que vêm de Caué ou mesmo de outros distritos. É necessário acautelar-se a questão de transporte, quer dos alunos quer dos professores, porque penso que terão que ser acompanhados por algum adulto.

São questões que não estão neste orçamento, mas é necessário listá-las, para vermos de acordo com a disponibilidade de cada parceiro aquilo que é possível fazer, porque tal como está, essas questões ficam de fora e depois teremos dificuldades no próprio dia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. Danilson Cotú (PCD): — Apenas um aspecto que vem na senda daquilo que foi a preocupação da Sra. Deputada Bilaine. Acho que podíamos com essa experiência avançar ou desenhar uma paridade. Que tal 50%? 50% rapazes, 50% raparigas, acho que já seria um bom passo, em termos de presença feminina. Só estou a lançar a ideia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita.

A Sra. Bilaine Ceita (ADI): — A nível da Assembleia Nacional temos uma resolução que refere que deve existir uma percentagem de 30% de senhoras no Parlamento e podemos utilizar essa metodologia.

O Sr. Presidente: — Estamos a registar essas preocupações, mas muitas delas serão alvo de reflexão depois. Por isso, qualquer decisão consensual que tivermos na Comissão comunicaremos aos nossos parceiros, necessariamente. Temos que avançar, porque teremos outra audição logo a seguir. Sendo assim, vamos passar a palavra à representante da UNICEF, para concluirmos a audição.

Tem a palavra a Sra. Ainhoa Beitia.

A Sra. Ainhoa Beitia (Representante da UNICEF): — Começaria pela questão de género, tendo em conta que é última coisa que estamos a falar.

Também concordaria com 50%, 50% pelas razões que já foram levantadas. O número de raparigas e rapazes em São Tomé e Príncipe é quase 50%, 50%. Mesmo que o Parlamento tenha a regra de mínimo 30% de mulheres, podemos ser mais ambiciosas e ir já para a paridade que seria o ideal, 30% não é o ideal, e assentar as bases para a futura paridade na sociedade sãotomense e na sociedade mundial.

Acho que vai ser importante definir os critérios de selecção como estamos a falar, porque temos o critério do género, do distrito, das crianças com deficiência, de crianças fora da escola, a idade, são vários os critérios que tem que se jogar na selecção e acho que vai ser importante definir qual vai ser o peso de cada critério, qual vai ser a decisão para cada critério, tendo em conta que se o número de 55 crianças for retido, acho que faz sentido, porque é equiparável ao parlamento que existe na realidade. O número é reduzido para se ter em conta todos esses critérios e todas essas especificidades.

Como UNICEF, estamos disponíveis para apoiar na preparação de um documento com os critérios de selecção, para ajudar na preparação da proposta e na proporção do número de crianças por distritos. Podemos apoiar na preparação de uma proposta que seria apresentada depois ao grupo.

Em termos de idade e diferentes parlamentos, não estava a propor ter dois diferentes parlamentos. Como bem disse, o parlamento infantil evoluiu para um parlamento infanto-juvenil. Podemos guardar o nome de parlamento infanto-juvenil e ter plenárias, mas no mesmo dia, não é preciso fazer dois dias, dois grupos, duas viagens e dois eventos. No mesmo dia e no mesmo acto, ter os grupos a se reunir separadamente, se for necessário, ou a se expressar separadamente. No mesmo dia e na mesma sessão ter uma hora para ouvir as crianças mais pequenas, outra para ouvir as mais crescidas, não é preciso ter duas estruturas. Seria mesma estrutura, mas com grupos que falam ou reúnem em tempo diferente e que expressam em tempo diferente.

Quanto ao perfil das crianças, é verdade que é importante abrir um bocadinho mais o aspecto dos perfis, porque é verdade que as crianças com deficiências talvez não vão ser capazes de se expressar, escrever, ler em português. Vamos ter que abrir um bocadinho o critério de selecção para crianças que tenham mais dificuldade de expressão ou de leitura, porque são cegas ou têm problema de mobilidade, etc. Temos que ser abertos a isso e talvez criar critérios diferentes para esse grupo de crianças.

Quanto aos fundos, que acho que era outra questão levantada, a UNICEF pode apoiar com fundos. Acho que o montante que temos planificado para este ano são 2.5 000 dólares, se não estou errada, para apoiar o parlamento infantil e não é preciso ser para aquilo que tínhamos pensado. Pode ser para o evento do dia 16 de Junho, pode ser para outro tipo de evento e pode ser durante o ano. Embora a UNICEF possa ter mais fundo para outras actividades, queremos que o parlamento seja sustentável. Se o parlamento depender só ou em grande parte de fundos da UNICEF ou de qualquer outro parceiro, é difícil depois que seja sustentável, porque o parceiro talvez não vai conseguir apoiar todos os anos da mesma maneira.

Ao co-financiar um bocadinho, sei que o montante não é muito grande, estamos a ajudar as coisas a arrancar, mas sem ser os maiores financiadores, porque depois não haverá sustentabilidade. Um dia podemos não estar aqui, não ter fundo, não sei, ter outras coisas e o parlamento morre, o que seria uma pena. A ideia é que haja vários financiadores, seja o Governo, a Assembleia, a UNICEF, outros que podem estar interessados que o parlamento seja uma coisa sustentável, que tenha um tempo de vida longo, que não dependa só de um financiador principal.

O Sr. Presidente: — Uma vez mais muito obrigado e como já dissemos inicialmente, temos outra audição a seguir.

Agradecemos a presença da UNICEF pelas contribuições que foram dadas. Algumas questões são consensuais, como o número de crianças. Acho que temos que trabalhar bastante na questão de perfil e a questão de proporção por escola. Se também poder nos ajudar nisso, estamos abertos, mas vamos logo a seguir à audição continuar com a reunião da Comissão para reter aquilo que foi a essência.

Estamos de acordo com o dia 16 de Junho, nesse figurino inaugural. Vamos trabalhar, envidando esforços para no dia 16, com a colaboração da UNICEF e outros parceiros, fazermos o acto inaugural.

Vamos dar por terminada esta reunião com a UNICEF e continuar esse elo, através do nosso Gabinete de Relações Externas.

Declaro encerrada a reunião.

Erma 10 horas e 40 minutos.